



IX PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO FORENSE DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO

INSTRUÇÕES

1. A duração das provas objetiva e subjetiva será de **04 horas**.
2. Logo no início das provas, verifique se seu caderno de provas contém 30(trinta) questões objetivas. Em caso negativo, informe imediatamente ao fiscal de sala. Reclamações posteriores não serão aceitas.
3. Ao receber as provas objetiva e subjetiva, deverá o candidato preencher nos campos adequados, seu nome e número de inscrição, evitando rasuras.
4. Não serão permitidas consultas à legislação ou a qualquer outro material de apoio.
5. Tome cuidado ao preencher a folha de gabarito, pois esta é **insubstituível**.
6. A prova subjetiva consistirá na elaboração de respostas a 02 questões – 01 de Direito Civil e 01 de Direito Penal. Cada resposta deverá ter no mínimo 20(vinte) e no máximo 30(trinta) linhas.

BOA SORTE!

Julho
2013



IX PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO FORENSE DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO

1ª ETAPA

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. A adoção da “livre iniciativa” como fundamento da República (artigo 1º) pela Constituição Federal de 1988 revela:

- a) Que o Brasil adotou o sistema capitalista, não obstante haja uma primazia da valorização do trabalho humano, de forma que o sistema capitalista deve ser meio para ascensão social e não forma de estratificação de classes.
- b) Que a “livre iniciativa” não é um fundamento da República Federativa do Brasil.
- c) Uma inibição ao Estado, impedindo que esse explore diretamente qualquer atividade econômica.
- d) Uma colisão insuperável com outras disposições constitucionais, especialmente quanto à igualdade, de forma que nesse caso deve ser declarada inválida, posto ser impossível conviver harmonicamente no mesmo sistema jurídico.

2. Com relação aos Direitos Fundamentais, assinale a alternativa correta:

- a) Os direitos e garantias fundamentais encontram-se previstos, em rol taxativo, no Título II (Dos Direitos e Garantias Fundamentais), especialmente no rol constante no artigo 5º da Constituição Federal.
- b) Ao estrangeiro não residente no Brasil deve-se, também, garantir direitos fundamentais previstos em nosso ordenamento, em razão da Dignidade da Pessoa Humana, não obstante o caput do artigo 5º fale em “estrangeiros residentes”.
- c) Os Direitos Fundamentais constantes no rol do artigo 5º da Constituição Federal possuem aplicabilidade mediata e mitigada.
- d) O Direito à vida engloba apenas o direito de permanecer vivo, mas não a uma vida digna.

3. Com relação ao dispostos no artigo 5º, VI, da Constituição Federal de 1988 (é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias), assinale a assertiva incorreta:

- a) Consiste na liberdade de ter uma crença ou de não ter crença alguma.



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

- b) O culto é uma exteriorização da crença. Pode ser realizado em qualquer local, desde que não perturbe o direito de outros. De mais a mais, os templos gozam de proteção especial.
- c) A aposição de símbolos religiosos em locais públicos, tais como salas de audiência e repartições públicas não ofende a laicidade do Estado brasileiro, por traduzir um aspecto cultural do povo brasileiro.
- d) A existência de feriados religiosos ofende a previsão constitucional, posto que se baseiam em situações de uma única religião (a católica), sendo que no Brasil ninguém é obrigado a seguir qualquer tipo de crença ou religião, por expressa determinação constitucional.

4. Com base nas disposições da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a alternativa incorreta:

- a) a propriedade atenderá a sua função social;
- b) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;
- c) são a todos assegurados, mediante o pagamento de taxas: o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
- d) não haverá penas de morte, salvo em caso de guerra declarada.

5. Assinale a alternativa incorreta:

- a) A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.
- b) Por ser dever do Estado, a assistência à saúde é vedada à iniciativa privada.
- c) É garantido um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.
- d) A cobrança de taxa de matrícula nas universidades públicas viola o disposto no art. 206, IV, da Constituição Federal, no qual se encontra a previsão da “gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais”.

DIREITO CIVIL

6. No que concerne à Lei de Introdução ao Código Civil, que passou a ser intitulada Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, com a alteração promovida pela Lei nº 12.376, de 2010, assinale a alternativa correta.



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

- a) A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
- b) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga a lei anterior.
- c) A lei revogada automaticamente se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- d) nenhuma das alternativas anteriores está correta.

7. Verificado abuso da personalidade jurídica, a requerimento da parte ou do Ministério Público nos casos em que o *Parquet* deve intervir, o juiz pode decidir pela desconsideração da Personalidade Jurídica, no sentido de que “os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica”. Assim, considere as proposições abaixo e assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Não é elemento suficiente para caracterizar abuso de personalidade jurídica, por si só, o encerramento irregular das atividades da pessoa jurídica.
- b) A teoria da desconsideração da personalidade jurídica pode ser invocada pela pessoa jurídica em seu favor.
- c) Às pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos também é aplicável a teoria da desconsideração, se restar caracterizado desvio de finalidade ou confusão patrimonial.
- d) A aplicação da teoria da desconsideração impescinde da demonstração de insolvência da pessoa jurídica.

8. Disciplina o Código Civil que “considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade”. No que concerne às prerrogativas asseguradas ao possuidor de boa-fé, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O possuidor de boa-fé não responde pela perda ou deterioração da coisa, a que não der causa;
- b) O possuidor de boa-fé tem direito à indenização das benfeitorias necessárias, mas não à úteis e voluptuárias.
- c) É de boa-fé a posse, se o possuidor ignora o vício, ou o obstáculo que impede a aquisição da coisa;
- d) A posse de boa-fé só perde este caráter no caso e desde o momento em que as circunstâncias façam presumir que o possuidor não ignora que possui indevidamente.

9. Sobre os direitos reais, dispõe a lei civil que “mediante promessa de compra e venda, em que se não pactuou arrendimento, celebrada por instrumento público ou particular, e registrada no Cartório de Registro de



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

Imóveis, adquire o promitente comprador direito real à aquisição do imóvel”. De acordo com referida previsão legal, assinale a opção INCORRETA:

- a) O direito real à aquisição do imóvel, no caso de promessa de compra e venda, sem cláusula de arrependimento, somente se adquire com o registro;
- b) O promitente comprador, titular de direito real, pode exigir do promitente vendedor, ou de terceiros, a quem os direitos deste forem cedidos, a outorga da escritura definitiva de compra e venda, conforme o disposto no instrumento preliminar; e, se houver recusa, requerer ao juiz a adjudicação do imóvel;
- c) O direito à adjudicação compulsória, quando exercido em face do promitente vendedor, não se condiciona ao registro da promessa de compra e venda no cartório do registro imobiliário;
- d) O promitente comprador, munido de promessa de compra e venda, ainda que não registrada no cartório de imóveis, tem a faculdade de reivindicar de terceiro o imóvel prometido à venda.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

10. Como se sabe, o artigo 136, do ECA, elenca as atribuições do Conselho Tutelar. Dentre estas atribuições, encontra-se o atendimento de crianças e adolescentes nas hipóteses de situação de risco e/ou envolvimento na prática de ato infracional. Desta feita, o Conselho Tutelar:

- a) pode aplicar todas as medidas protetivas;
- b) não pode aplicar medidas protetivas;
- c) pode aplicar a minoria das medidas protetivas;
- d) pode aplicar a maioria das medidas protetivas.

11. Vários documentos internacionais dizem respeito e visam à proteção da infância e juventude. Dentre as assertivas abaixo, assinale a que não se relaciona a esta proteção.

- a) Diretrizes de Riad;
- b) Regras de Beijing;
- c) Tratado de Kioto;
- d) Convenção das Nações Unidas sobre Direitos das Crianças e Regras das Nações Unidas para proteção de menores privados de liberdade.

12. Marque a resposta correta, no que diz respeito ao ato infracional.

- a) o rol do artigo 112, do ECA, é exemplificativo;
- b) a aplicação de medida socioeducativa de advertência exige prova de autoria e materialidade;
- c) para fins de regressão da medida socioeducativa, a oitiva prévia do adolescente é dispensada;



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

d) se aplica o instituto da prescrição penal em relação ao ato infracional.

DIREITO DO CONSUMIDOR

13. INFOTEC Informática Ltda. enviou a Pedro, consumidor, sem solicitação prévia deste, um NAVEGADOR GPS AUTOMOTIVO no valor de R\$200,00 (duzentos reais). Pedro recebeu o produto em sua residência, firmando recibo, ficando, portanto, como o aparelho, sem nada comunicar à empresa INFOTEC Informática Ltda. Diante da situação posta, assinale a opção correta:

- a) A empresa, após decorrido o prazo de 7 (sete) dias do ato de recebimento do produto, prazo de reflexão, sem manifestação de Pedro, pode deste cobrar o valor do produto;
- b) A empresa, após decorrido o prazo de 10 (dez) dias do ato de recebimento do produto, prazo de reflexão, sem manifestação de Pedro, pode deste cobrar o valor do produto;
- c) A empresa nada pode cobrar, porque, no caso, o produto remetido equiparase à amostra grátis;
- d) nenhuma das alternativas anteriores está correta.

14. João, turista carioca, foi seriamente ferido em sua mão após a explosão de uma lata de cerveja que havia acabado de comprar durante festa junina que frequentava em visita à capital maranhense. No que concerne aos direitos de João na qualidade de consumidor, assinale a opção correta.

- a) Se for comprovado que o dano decorreu de defeito de informação, a responsabilidade do comerciante será afastada.
- b) Se João não comprovar o defeito na fabricação do produto, restará excluída a responsabilidade do fabricante.
- c) Será necessária a demonstração da ocorrência de conduta culposa para acionar judicialmente o fabricante.
- d) Caso se trate de produto importado, o importador será considerado fornecedor presumido e responderá de forma objetiva pelos danos causados.

ESTATUTO DO IDOSO

15. Em 1º de outubro de 2003 foi publicada a Lei nº 10.741, conhecida popularmente como o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. É INCORRETO afirmar no que concerne às garantias nele previstas:

- a) O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata o estatuto, assegurando-se-lhe,



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

- b) É obrigação da família e da comunidade, mas não do Poder Público, assegurar ao idoso a efetivação dos direitos previstos no estatuto específico.
- c) A garantia de prioridade ao idoso, entre outras, compreende a capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços aos idosos.
- d) O Estatuto do idoso assegura a prioridade no recebimento da restituição do Imposto de Renda.

16. Sabe-se que a assistência social aos idosos é prestada, de forma articulada, conforme os princípios e diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, na Política Nacional do Idoso, no Sistema Único de Saúde e demais normas pertinentes.

O Estatuto do Idoso, no capítulo referente à Assistência Social, garante ao idoso, a partir dos 65 anos, que não tenha meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS:

- a) um benefício mensal correspondente a um salário mínimo.
- b) seu recolhimento em uma entidade de longa permanência que lhe supra o sustento.
- c) seu acolhimento em abrigos públicos especialmente a ele destinado.
- d) um benefício financeiro mensal a ser estipulado segundo a região do País habitada pelo idoso.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

17. Escolha a alternativa incorreta:

- a) A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados.
- b) O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;
- c) A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária gratuita mediante simples afirmação de que não está em condições de pagar as custas do processo e honorários do advogado, sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família.
- d) Para a presunção de pobreza não basta a simples afirmação dessa condição, nos termos da lei 1.060 de 1950.

18. Assinale a assertiva incorreta:



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

- a) Não é função institucional da Defensoria Pública promover ação civil pública a fim de tutelar direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos.
- b) A Defensoria Pública abrange a Defensoria Pública da União, a Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios e a Defensoria Pública dos Estados.
- c) É objetivo da Defensoria Pública a primazia da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais.
- d) É função institucional da Defensoria Pública exercer, mediante o recebimento dos autos com vista, a ampla defesa e o contraditório, em favor de pessoas naturais e jurídicas hipossuficientes, em processos administrativos e judiciais, perante todos os órgãos e em todas as instâncias, ordinárias ou extraordinárias.

DIREITO PENAL

19. Levando-se em conta as correntes doutrinárias mais difundidas e aceitas, assinale a questão que não possui uma combinação possível acerca do conceito analítico de crime:

- a) fato típico + antijurídico;
- b) fato típico + punível;
- c) fato típico + culpável;
- d) fato típico + antijurídico + culpável.

20. Sobre as fontes do direito penal é sabido que as mesmas podem ser imediata (a única é a lei) e mediata(ou secundária), sendo certo, ainda, que a obrigatoriedade de cumprimento é uma das características das fontes do Direito Penal. Com base nestas informações, assinale a assertiva que não apresenta uma fonte formal mediata:

- a) costumes;
- b) ato administrativo;
- c) princípios gerais do Direito;
- d) jurisprudência.

21. Como se sabe, o instituto da prescrição recebeu significativa mudança pela Lei nº 12.234/2010, podendo ser apontada como uma delas o fato de que, depois da sentença penal condenatória transitada em julgado para a acusação, a prescrição regular-se-á pela pena aplicada, não podendo, em nenhuma hipótese, ter por termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa. Assinale, desta feita, a assertiva que não apresenta uma causa interruptiva da prescrição:

- a) oferecimento da denúncia;



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

- b) recebimento da denúncia;
- c) pronúncia;
- d) reincidência.

22. Levando-se em conta o disposto no artigo 33, parágrafo 2º, do Código Penal e o posicionamento sumular do Superior Tribunal de Justiça, assinale a resposta incorreta sobre a fixação da pena:

- a) em sendo não reincidente, cuja pena seja superior a 4 (quatro) anos e não exceda a 8 (oito) o cumprimento da pena poderá, desde o início, ocorrer no regime semiaberto;
- b) tratando-se de condenação superior a 8 (oito) anos, o cumprimento inicial deverá ser no regime fechado;
- c) em sendo reincidente, mesmo que as circunstâncias judiciais sejam favoráveis e a condenação seja a uma pena igual ou inferior a 4 (quatro) anos, impossível o cumprimento inicial no regime semiaberto;
- d) em sendo não reincidente e desde que a pena seja igual ou inferior a 4 (quatro) anos, o cumprimento inicial poderá ser no regime aberto.

PROCESSO CIVIL

23. Dentro do prazo fixado, em lei, para interposição da apelação, as partes ingressaram com petição requerendo a suspensão do processo para tentativa de acordo. Nesse caso:

- a) cabe o pedido de suspensão, ainda que não haja o acordo.
- b) o pedido de suspensão depende do assentimento do juiz, e é admissível até o prazo máximo de seis meses.
- c) o pedido de suspensão não é correto, sem ou com o assentimento do juiz.
- d) o pedido de suspensão é correto, mas deverá ser provada a realização do acordo.

24. Sobre o procedimento ordinário, é correto afirmar:

- a) Como os pedidos devem ser interpretados restritivamente, tratando-se de obrigação consistente em prestações periódicas, as que se vencerem no curso do processo não serão incluídas na sentença a ser proferida, salvo se o autor expressamente as requerer.
- b) Recebida a exceção de incompetência oposta pelo réu em feito que tramita no primeiro grau de jurisdição, o processo ficará suspenso até que seja definitivamente julgada pelo tribunal ao qual o juiz está vinculado.
- c) Contra o revel que tenha patrono nos autos, correrão os prazos independentemente de intimação, a partir da publicação de cada ato decisório.



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

d) O julgamento antecipado da lide coloca em prática a garantia do jurisdicionado à razoável duração dos processos, alçado na atualidade a princípio de estatura constitucional.

25. Sobre a sentença e a coisa julgada, é correto afirmar:

- a) Quando o autor tiver formulado pedido certo, é vedado ao juiz proferir sentença ilíquida.
- b) Formulado pedido certo e determinado, autor e réu têm interesse recursal em arguir o vício da sentença ilíquida.
- c) Processada uma causa de ressarcimento por danos causados em acidente de veículo de via terrestre pelo rito comum sumário, o juiz poderá proferir sentença ilíquida, deixando a fixação do montante da condenação para a fase de liquidação, toda vez que entender ser a causa complexa.
- d) O fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito, passível de influir no julgamento da lide, porém surgido após a fase de saneamento do processo, não poderá ser considerado pelo juiz de ofício em razão do princípio da inalterabilidade da demanda.

26. No que se refere ao ônus da prova, assinale a opção correta:

- a) E nula qualquer convenção entre as partes que distribua o ônus da prova de maneira diversa entre autor e réu.
- b) O ônus da prova incumbe ao autor em caso de existência de fato impeditivo de seu direito.
- c) O ônus da prova incumbe ao réu em caso de existência de fatos não provados nos autos pelo autor.
- d) A inversão do ônus da prova legal ocorre desde o início da demanda.

PROCESSO PENAL

27. Sobre a prisão provisória assinale a única resposta correta:

- a) Ausentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva poderá o juiz, no curso do processo, decretar a prisão domiciliar caso o réu esteja extremamente debilitado por motivo de doença grave.
- b) Em qualquer fase da investigação policial poderá o juiz decretar, de ofício, a prisão preventiva do indiciado.
- c) Em relação à prisão temporária, constata-se o fumus commissi delicti quando presente fundadas razões de autoria ou participação do indiciado em crimes taxativamente relacionados na Lei federal no 7.960/89, que disciplina a prisão temporária, exceto se for autorizada para outros crimes por legislação federal posterior.



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

d) A partir da entrada em vigor da Lei federal no 12.403/11, que reformou parcialmente o Código de Processo Penal, não mais se admite a decretação da prisão preventiva de acusado pela prática de crime doloso cuja sanção máxima em abstrato não ultrapasse quatro anos de reclusão.

28. Marque a alternativa correta sobre provas no processo penal:

- a) Suspenso o curso do processo e do prazo prescricional em razão de citação por edital, possível a produção antecipada da prova testemunhal cujo fundamento seja o mero decurso do tempo, haja vista que a passagem do tempo propicia um inevitável esquecimento dos fatos.
- b) Desde a entrada em vigor da Constituição Federal, lícita é a prova produzida a partir da realização de interceptação telefônica, desde que obedecidos os requisitos constitucionais, independente de prévia existência de lei federal regulamentadora.
- c) Em ação penal pública instaurada contra determinados réus é possível que, no caso da morte de uma testemunha, a acusação obtenha uma certidão de inteiro teor do depoimento por ela prestado em outra ação penal, que poderá ser valorada pelo juiz competente, independentemente da participação dos acusados no processo em que a prova foi produzida.
- d) Produzida prova ilícita em sede inquisitiva, as provas que dela derivarem, mesmo que produzidas exclusivamente em fase acusatória, serão consideradas ilícitas por derivação.

29. No que tange às provas no processo penal, assinale a opção correta:

- a) É considerado como meio de prova direta o reconhecimento de pessoas por intermédio de fotografias, e sua validade, disciplinada no CPP, está condicionada à presença de autoridade policial ou judiciária, devendo ser observado o procedimento de colocar a fotografia da pessoa a ser reconhecida ao lado de outras fotografias de pessoas que com ela tiverem qualquer semelhança.
- b) O CPP admite, de forma expressa, que o interrogatório possa ser renovado a qualquer tempo, de ofício ou a pedido fundamentado de qualquer das partes, com a possibilidade de ser o réu ouvido diretamente pelo tribunal.
- c) A confissão tem como pressupostos de validade a capacidade do réu e a espontaneidade do ato produzido diante da autoridade competente, sendo assim admitida em relação a qualquer fato prejudicial ao réu.
- d) O depoimento da vítima é expressamente citado como meio de prova no CPP e, apesar de não ser formalmente testemunha, a vítima é computada no número legal fixado para o rol de testemunhas



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

30. Acerca da ação penal, assinale a opção correta.

- a) Admite-se a incidência da perempção na ação penal privada subsidiária da pública se o ofendido não promover a queixa no prazo de seis meses, atingindo a prescrição, também, o direito do titular originário da persecução penal.
- b) A legitimidade para a propositura de todas as ações penais é concorrente, consoante atual entendimento uniforme dos tribunais superiores, e, caso a ação não seja intentada pelo MP, poderá ser proposta pelo ofendido ou por seu representante legal, conforme o caso.
- c) O início da ação penal não coincide com o oferecimento da peça inicial acusatória pública ou queixa crime.
- d) No processo penal condenatório a instauração da instância, com a propositura da ação penal, é ato complexo.